

Brasil faz poupança para dívida

14 SET 1990

GAZETA MERCANTIL

por Claudia Sfatle
de Brasília

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, assinou ontem a carta de intenções do governo brasileiro ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Simultaneamente, acenou aos bancos privados internacionais, credores do País, com um gesto inovador: o governo brasileiro começará a fazer um provisionamento de recursos — uma espécie de poupança em moeda estrangeira — destinado a pagar uma parcela do serviço da dívida junto aos bancos credores, cujo montante total somou US\$ 71,84 bilhões (saldo da dívida em dezembro de 1989).

Essa provisão começará a ser feita tão logo a missão negociadora da dívida externa brasileira inicie, na segunda quinzena de outubro próximo, os encontros com o comitê de bancos credores, em Nova York.

O comitê continuará sendo o fórum da negociação



Zélia Cardoso de Mello

da dívida com bancos, mas a sua composição será alterada, e o governo brasileiro convidará bancos de pequeno e médio porte europeus para compor a mesa de negociação. Hoje o comitê é formado por dezesseis grandes bancos credores do País, com interesses próprios. A idéia, segundo o embaixador Jório Dauster, negociador da dívida externa, é aproveitar o modelo formado pela Venezuela, que criou dentro do comitê diversos subcomitês para atender às variadas opções de renegociação.

“Nós queremos uma negociação construtiva, definitiva e rápida”, adiantou a ministra da Economia.

Ela evitou fornecer maiores detalhes sobre a proposta de negociação da dívida que o governo levará tanto ao Clube de Paris, cujo acordo começará a ser

discutido durante a reunião anual do FMI (em Washington, na próxima semana) quanto aos bancos comerciais. Não quis, também, esclarecer quais os propósitos do provisionamento que começará a ser feito — que na interpretação dos seus principais assessores representa um “gesto político” do governo, que estaria, assim, mostrando o desejo de pagar uma parcela da dívida (e aí se incluem os juros já vencidos), limitada às restrições fiscais internas.

Juros vencidos desde a decretação da moratória em meados de 1989 e juros vencidos — inclusive os US\$ 2,1 bilhões que vencem no dia 15 (sábado) — formam um bolo só. Ou seja, estaria totalmente afastada a hipótese de pagamentos simbólicos como um ato de demonstração de boa vontade, mas o dinheiro estará numa conta específica, destinada a retomar os pagamentos quando as negociações externas estiverem concluídas.

(Continua na página 28)

Brasil faz poupança para...

por Claudia Sfatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

O texto da carta de intenções — cujo original em inglês foi assinado ontem pela ministra da Economia e pelo presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, durante o anúncio oficial à imprensa e logo depois enviado por fac-símile ao diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus — faz referências ao processo negociador, nos seguintes termos:

- Negociar o refinanciamento dos atrasados junto ao Clube de Paris, que somam até agora cerca de US\$ 2 bilhões, mais US\$ 1,49 bilhão que vence em 1991, eliminando, até fevereiro de 1991, todos os atrasados em moeda estrangeira, exceto os relativos aos bancos comerciais credores, não voltando a incorrer em novos atrasados “com não bancos durante o período do programa”.

- O País apresentará um cardápio de opções aos bancos, que inclui os instrumentos de mercado para redução do principal e juros da dívida, assim como outros instrumentos de conversão da dívida conjugados com o programa de privatização das estatais. O governo poderá solicitar que uma parte das “compras efetuadas no contexto do arranjo ‘stand-by’ seja destacada para auxiliar no financiamento das operações de redução do principal devido aos bancos comerciais”, adianta a carta. Assinado o acordo, o FMI desembolsará ao Brasil o equivalente a 1.449 milhões de Direitos Especiais de Saque (DES) — cerca de US\$ 2,016 bilhões hoje — em seis “tranches” até fevereiro de 1992.

- A carta destaca ainda que “enquanto estiverem em curso as conversações com os bancos e até que haja acordo com respeito a um plano de financiamento, o Brasil não terá condições de cumprir integralmente as obrigações contratuais relativas aos juros” da dívida de médio e longo prazo. Para construir as metas dos critérios de performance listadas no memorando técnico — um documento que acompanha a carta de intenções — governo e técnicos do Fundo utilizaram alguns indicadores macroeconômicos importantes. São eles:

- A taxa de inflação pro-

jetada para o ano que vem foi de 25%, e para o período agosto-dezembro deste ano projetou-se uma taxa média de inflação de 7%. Dada a enorme dificuldade de se acertar numa projeção do comportamento dos preços em meio a um plano de estabilização, as metas do déficit nominal do setor público, cujos valores calculados embutem a correção monetária (ou cambial) dos financiamentos ao setor público não financeiro, poderão ser revistas em novembro próximo.

- A performance do Produto Interno Bruto (PIB) estimada para este ano é de uma queda de 3%, comportamento que se invertiria a partir do ano que vem com a retomada do crescimento econômico, para um crescimento de 3%. A taxa média de câmbio usada para fazer a contabilidade do balanço de pagamentos neste ano foi de Cr\$ 61,00 o dólar norte-americano.

- O valor do PIB para este ano é de Cr\$ 33,49 trilhões, montante que sobe para a faixa de Cr\$ 55 trilhões em 1991.

Os cinco critérios de performance que têm que ser obedecidos num acordo “stand-by” com o FMI foram emoldurados tendo como cenário para 1991 uma política monetária e fiscal ainda bastante conservadora e austera, necessária para consolidar o plano de estabilização. Fica bastante claro, na carta de intenções, que a trajetória de inflação, agora ascendente, será alterada em algum momento, fruto das restrições de moeda e de gastos do governo, geradores de demanda na economia. Assim, as bases do acordo, do ponto de vista interno, são:

- Política Monetária — o critério de crédito interno líquido amarra a expansão da moeda — pelo conceito de papel-moeda em poder do público, à formação de reservas (no conceito de reservas internacionais líquidas, que representam o total de haveres no Banco Central, de curto, médio e longo prazo, abatidos do total de obrigações também de curto, médio e longo prazo). A meta de expansão da moeda em poder do público para 1991 é de 30%, em comparação com 14,2% fixada para o segundo semestre deste ano.

- Política Fiscal — esta, conjugada com as limitações da política monetária, resulta na capacidade de

pagamento que o País tem para fazer frente aos compromissos da dívida externa. O superávit operacional das contas públicas foi marcado em 0,5% do PIB para este ano e zero (equilíbrio) em 1991.

- O déficit nominal sairá de 26% do PIB neste ano para 3,5% do PIB em 1991. As cifras fixadas para o ano que vem também poderão ser objeto de reavaliação antes de 28 de fevereiro de 1991, como determina a carta de intenções.

- Desembolsos líquidos da dívida externa — referem-se à diferença entre os recursos que ingressaram no País e as obrigações pagas ao exterior, seja de organismos multilaterais ou bancos credores, exclusive o FMI. Esses desembolsos não poderão exceder a US\$ 1,7 bilhão ao final deste ano e US\$ 2,6 bilhões em 1991, ambos negativos, representando o montante de recursos que o País remeterá aos credores a mais do que receberá destes.

- Reservas internacionais líquidas do Banco Central — conceito do FMI que incorpora todos os haveres e obrigações de curto, médio e longo prazo. Como os cálculos incorporam os atrasados, as metas são negativas: não poderá ser inferior a US\$ 5,36 bilhões ao final deste ano e a US\$ 7,74 bilhões em dezembro de 1991.

Diferentemente dos outros memorandos técnicos, este enviado ontem ao FMI contém uma série de salvaguardas para ser aciona-

das automaticamente, caso representem variações nas metas. Do lado externo, por exemplo, toda a contabilidade foi feita pressupondo a situação atual. Caso haja ingressos expressivos de recursos por parte de organismos multilaterais, numa eventualidade, as metas mudam. Mudariam, também, caso se decidisse usar reservas cambiais para financiar operações de redução de dívida; mas isso, no caso, teria que ser aceito pelo Fundo.

Com o envio da carta de intenções, ontem, está prevista para outubro próximo a sua aprovação pelo “board” do FMI. Se aprovada, os desembolsos das “tranches” serão trimestrais, condicionados ao cumprimento das metas acertadas.

Segundo a ministra da Economia, nos próximos quinze dias as propostas do governo brasileiro aos bancos privados estarão definidas, “e iniciaremos a negociação em torno de propostas concretas e objetivas de solução permanente da dívida”. O provisionamento que será feito para arcar com os pagamentos acertados com os bancos será compatível com a proposta que a missão negociadora, chefiada pelo embaixador Jório Dauster, levará ao comitê ampliado de credores. Como já havia dito, a ministra reforçou ontem que o presidente Collor de Mello deseja iniciar 1991 tendo já removido o constrangimento externo do cenário econômico interno.